

CONFEDERAÇÃO EUROPEIA DE SINDICATOS

ALERTA PARA CUSTOS DA INTERVENÇÃO DA TROIKA NOS ESTADOS MEMBROS

O Chipre, a Grécia, a Irlanda e Portugal pagaram um preço económico e social excessivamente elevado pela intervenção da Troika. As centrais sindicais nacionais destes países são unânimes nas críticas que tecem à intervenção da Comissão Europeia, do BCE e do FMI: imposição de uma austeridade excessiva, não permitindo a retoma económica e provocando mesmo uma maior recessão, desregulação do mercado de trabalho e perda de direitos dos trabalhadores, desmantelamento dos sistemas de protecção social, enfraquecimento e tentativa de destruição dos sistemas de negociação colectiva e desrespeito pelo diálogo social.

Esta “receita única” imposta a governos nacionais democraticamente eleitos levanta fortes reservas quanto à legitimidade da intervenção, especialmente quando as políticas e medidas inscritas nos memorandos, bem como a própria actuação dos representantes daquelas instituições desrespeitam princípios fundamentais dos tratados europeus, como a autonomia dos parceiros sociais e o diálogo social.

São estas as principais conclusões de um trabalho efectuado pela Confederação Europeia de Sindicatos (CES), na qual a UGT se encontra filiada, no quadro de preparação de uma audição do Parlamento Europeu sobre a intervenção da Troika.

I. CONSEQUÊNCIAS ECONÓMICAS E SOCIAIS MUITO ADVERSAS EM TODOS OS PAÍSES

A generalidade das confederações nacionais destaca como principais consequências sociais da intervenção da Troika:

- o forte aumento do desemprego, especialmente junto das camadas mais jovens;
- a redução dos salários nominais e da perda de poder de compra da generalidade dos trabalhadores e pensionistas;

- uma forte redução dos valores da generalidade dos apoios e prestações sociais, muito em particular no que respeita à protecção no desemprego e às pensões;
- uma quebra das despesas públicas, afectando fortemente áreas sociais como a saúde, a educação e a protecção social, chegando mesmo a pôr em risco a qualidade de prestação dos serviços públicos essenciais;
- o crescimento da pobreza, da exclusão e das desigualdades sociais.

A intervenção da Troika veio pôr em causa o funcionamento e a sustentabilidade dos sistemas do Estado Social que se construíram ao longo de décadas bem como de direitos sociais fundamentais dos cidadãos.

II. QUATRO PREOCUPAÇÕES PARTILHADAS PELOS SINDICATOS

1- Austeridade excessiva num espaço de tempo demasiado curto

A excessiva ambição das políticas de consolidação impostas pela Troika e o reduzido prazo dado aos países para alcançar as metas orçamentais impediram a recuperação económica, arrastando alguns países para uma forte recessão económica.

Críticas foram igualmente destacadas ao próprio desenho das políticas impostas que, na generalidade, negligenciaram ou ignoraram situações nacionais particulares, nomeadamente os impactos da redução de rendimentos na procura interna e na actividade económica, ou ainda à total ausência de políticas de crescimento económico e de emprego nos programas de ajustamento (excepção para a Irlanda).

2- O desmantelamento dos sistemas de protecção social

A deficiente construção da política orçamental decorrente não só de uma redução intensa e demasiado abrupta das despesas públicas em geral, mas também de uma inadequada estrutura de tal redução, teve reflexos muito negativos nos sistemas de segurança social e nos níveis de protecção assegurados às populações. Com efeito, os cortes nas pensões, nos benefícios e apoios sociais, na saúde e na educação, referidos pelas confederações sindicais em todos os países intervencionados, tiveram fortes repercussões no agravamento da situação de pobreza e de exclusão, acentuando ainda mais as desigualdades económicas e sociais.

3- A desregulação do mercado de trabalho e o desmantelamento dos sistemas de negociação colectiva

As “reformas estruturais” dos mercados de trabalho e dos mecanismos de fixação dos salários foram impostas em todos os países – ainda que com diferenças e particularidades nacionais - em nome de uma melhoria da competitividade externa e de uma retoma económica que seria impulsionada pelas exportações. Tais reformas passaram por políticas que visaram a desregulação dos salários e da negociação colectiva, a redução de salários dos funcionários públicos ou ainda o congelamento ou mesmo redução do salário mínimo, tendo sido impostas nos programas de ajustamento, com impactos muito adversos sobre os trabalhadores.

Nalguns países, o ataque à negociação colectiva e à autonomia dos parceiros sociais foi particularmente forte: foi promovida a descentralização da NC para o nível de empresa, procurando retirar os sindicatos dos processos de negociação para dar lugar às “comissões de trabalhadores”, foram desrespeitados acordos colectivos e criados constrangimentos à extensão legal de convenções colectivas. Em suma, a intervenção da Troika foi fortemente lesiva para os trabalhadores e para os sistemas de relações laborais, incluindo a negociação colectiva, tendo sido desrespeitados normas e princípios fundamentais dos tratados europeus.

4- Desrespeito pelo diálogo social

A “pobreza” do diálogo da Troika com os parceiros sociais nacionais foi referida na generalidade das situações nacionais, resumindo-se a meras reuniões formais de audição dos parceiros, sem consequências reais em termos de alteração de políticas, medidas e sacrifícios impostos.

Em quase todos os países intervencionados, a Troika ignorou e desrespeitou compromissos alcançados pelos parceiros sociais nacionais: tal sucedeu na Grécia, relativamente ao acordo nacional sobre salário mínimo e condições de trabalho; em Portugal, com o Acordo Tripartido para o Crescimento, Competitividade e Emprego (Janeiro 2012) e sobre o salário mínimo (2006), e ainda no Chipre onde a posição conjunta dos parceiros sociais foi totalmente ignorada.

III. CONCLUSÕES

A falta de legitimidade dos programas de ajustamento impostos aos Estados-membros, nomeadamente face aos Tratados Europeus, que sempre mereceu reservas por parte da UGT, foi uma matéria a que a CES deu especial relevância.

Com efeito, é inaceitável que princípios ou objectivos fundamentais inscritos nos Tratados, como a não competência da UE em matéria de salários (art. 153.5 – TFUE) ou o respeito pela autonomia dos parceiros sociais e pelo diálogo social nacional (art. 151 – TFUE) estejam a ser sistematicamente desrespeitados pela Troika, pondo em causa todo o funcionamento da União Europeia.

É especialmente gravoso que a Comissão Europeia não só tenha permitido que o FMI e o BCE ignorassem aqueles princípios, como tenha sido parte activa numa estratégia que desrespeitou os fundamentos e valores fundamentais da União Europeia, demitindo-se totalmente das suas responsabilidades enquanto guardiã dos Tratados. Esta situação vem comprometer o processo de integração europeia, muito especialmente a indispensável confiança dos cidadãos face ao Projecto Europeu.

Assim, a adopção de mecanismos e instrumentos concretos e eficazes que promovam o equilíbrio entre a dimensão económica e monetária, por um lado, e a dimensão social, por outro – a Europa Social-, com particular ênfase em matérias como o emprego, a coesão social, o diálogo social, a autonomia e respeito pelos parceiros sociais e pela negociação colectiva, é cada vez mais necessária e urgente, por forma a garantir que as situações vividas particularmente pelos quatro Estados-membros intervencionados não se continuem a repetir nestes estados e não venham a ocorrer no quadro da União Europeia, em geral.

10-02-2014

Versão integral do documento (inglês):

www.etuc.org/press/etuc-report-denounces-takeover-troika#.UwNRoGJ_uSp